

Servidores prometem pressão em 2006



Grevistas esperam para uma das várias audiências no MEC



Ministro Fernando Haddad recebe comando dos docentes

por 72 dias, funcionários do Banco Central fizeram a maior greve da história e até defensores públicos cruzaram os braços. “Nesse governo, conseguimos recuperar perdas salariais importantes, mas às custas de greves. Muita coisa poderia ter sido resolvida no diálogo, só que por falta de resposta o jeito foi parar”, reforça David Falcão, presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal).

Os servidores públicos federais prometem que o próximo ano vai ser de pressão ao governo Lula. Frustrados com a recusa de muitas reivindicações negociadas em 2005, sindicatos planejam jogar pesado no próximo ano e ameaçam com mais greves caso não sejam atendidos. “Muitos acordos foram assinados, mas o Orçamento da União não prevê dinheiro para reajustes ou destina menos do que gostaríamos”, diz Josemilton Costa, secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef). A entidade, que representa cerca de 600 mil servidores ativos e inativos, avisa que possui um calendário de mobilização pré-definido e que a categoria está disposta a ir para as ruas. “Já aprovamos o indicativo de greve a partir de março”, afirma Costa.

O alerta é um sinal de que as relações entre Lula e uma de suas principais bases políticas mudaram nos últimos três anos. A prova está nos números. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), em 2004, a pressão sobre o ex-companheiro foi maior do que em todos os oito anos da era Fernando Henrique Cardoso. No ano passado, o petista conviveu com 31 paralisações na administração federal. Seu antecessor, em 1995, amargou 22 greves índice recorde para os dois mandatos do tucano. “A cartilha se manteve. Nosso erro foi acreditar nas promessas e nas falácias”, avalia o representante da Condsef.

Fazendo um balanço de 2005 é possível projetar um cenário ainda pior. Neste ano, agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) fecharam

Choque de realidade

A onda de greves e a insatisfação geral têm nas expectativas frustradas e nas demandas não atendidas suas principais causas. Servidores pararam durante os 12 meses do ano para exigir mais concursos públicos, investimentos em infra-estrutura e melhoria das condições de trabalho. Exigiram também reajustes salariais, reposição de perdas inflacionárias, o fim da terceirização na máquina pública e o cumprimento de acordos firmados por governos anteriores. Velhas bandeiras, velhos discursos. Tantos sonhos represados funcionam como combustível para o protesto. Na opinião de especialistas, as eleições 2006, quando Lula tentará ficar mais quatro anos no poder, serão um ingrediente a mais na eterna luta entre o Estado e os trabalhadores. Aposta é que categorias que receberam poucos afagos puxem o coro dos descontentes. “A tendência é que a pressão aumente. Tem sido assim em períodos eleitorais”, explica Clemente Ganz Lúcio, diretor-técnico do Dieese. “O problema é que os pedidos são os mais variados possíveis e os recursos, escassos. Além disso, quando negocia, o governo tem de pensar no conjunto dos servidores”, acrescenta. (Fonte: *Correio Braziliense*)

Mais R\$ 3,5 bilhões ao funcionalismo?

Não se sabe se é verdade ou não. Pode ser mais uma atitude em ano eleitoral ou uma promessa em período natalino. Mas, de qualquer forma, a *Folha de São Paulo* do dia 16 de dezembro publicou que “o presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer encaixar no Orçamento do ano eleitoral de 2006 mais R\$ 3,5 bilhões destinados a zerar as perdas salariais dos servidores públicos em seu governo.” Foi esse o valor calculado, em reunião no Palácio do Planalto, para garantir que cada servidor federal venha a receber, ao final dos quatro anos do mandato de Lula, um aumento salarial de pelo menos 29%, a inflação estimada para o período.

No projeto de lei orçamentária enviado ao Congresso, a área econômica reservou R\$ 1,5 bilhão para o funcionalismo, tradicional reduto petista. A intenção é elevar o valor a R\$ 5 bilhões. Não se trata de um montante trivial. É bem mais, por exemplo, do que o governo está disposto a gastar em uma eventual correção da tabela do Imposto de Renda das pessoas físicas, medida que atingiria uma parcela muito maior da população --há 1,9 milhão de servidores ativos e inativos, contra cerca de 20 milhões de contribuintes do IR. Conforme as simulações apresentadas na reunião, uma correção de 10% significaria uma perda de R\$ 1,3 bilhão para os cofres federais.

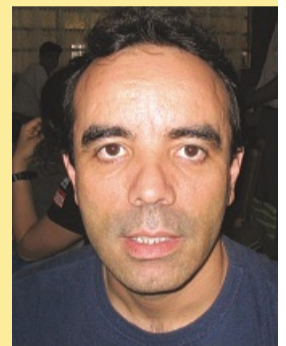


Rinaldo José Barbosa Pinheiro, 39 anos, professor do curso de Engenharia Civil.

“Eu estive em Brasília participando do Comando Nacional de Greve e percebi que o Congresso girava em função das CPIs. O objetivo da oposição é prolongar as CPIs o máximo possível porque o ano que vem é um ano eleitoral e isso acaba desgastando o governo Lula. Acredito que é isso que vai acontecer, as CPIs vão ser prolongadas. Alguns deputados serão cassados, outros não, mas o objetivo real é enfraquecer o governo.”

“Devido aos fatos de corrupção, a criação das CPIs é bastante positiva. O problema são os desfechos dessas comissões que não vêm cumprindo o seu papel. As decisões têm sido em torno das questões políticas, sem julgar o mérito dos temas ou das pessoas envolvidas.”

João Francisco Magno Ribas, 38 anos, professor do curso de Educação Física.



“Devido aos fatos de corrupção, a criação das CPIs é bastante positiva. O problema são os desfechos dessas comissões que não vêm cumprindo o seu papel. As decisões têm sido em torno das questões políticas, sem julgar o mérito dos temas ou das pessoas envolvidas.”



Ane Carine Meurer, 39 anos, professora do curso de Pedagogia.

“Infelizmente, não vamos conseguir chegar a verdade nessas CPIs porque existem interesses econômicos e políticos que não nos deixam chegar a ela. Mas, acredito que podemos, nos micro-espacos onde estamos, trazer essas discussões de tal forma que consigamos

fazer um movimento de escolha de outros representantes nas futuras eleições.”

ELES DISSERAM

“Como presidente dos Estados Unidos, eu tenho a responsabilidade e a autoridade constitucional de proteger nosso país. (...) É vergonhoso que um programa tão importante tenha sido levado a público em tempos de guerra”. (George W. Bush, ao justificar a espionagem de e-mails e as escutas telefônicas de cidadãos americanos sem autorização judicial na Zero Hora de 20.12.2005)

“Não perdão os responsáveis pelo que aconteceu no partido (PT). Não aceito e não perdão. No meu partido eu não aceito isso, de forma alguma.” (Maria Victoria Benevides, socióloga, na Folha de São Paulo do dia 18.12.2005)

“O cargo de reitor implica em muitos sacrifícios. Espero que ele consiga manter o franco crescimento da UFSM e faça um excelente mandato na reitoria”. (Paulo Jorge Sarkis, reitor da UFSM, em mensagem ao próximo reitor eleito, Clóvis Lima, no jornal A Razão de 20.12.2005)

“A fome não é mais do que a expressão biológica de um fenômeno econômico. A fome é, regra geral, o produto das estruturas econômicas defeituosas e não de condições naturais insuperáveis.” (Josué de Castro, autor do clássico 'Geografia da Fome', citado no blog do jornalista Ricardo Noblat, em 28.11.2005)